



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0013/17	DATA: 14/02/2017	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 14h41min	TÉRMINO: 16h36min	PÁGINAS: 43

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Ajustes no plano de trabalho do Relator e deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.

Há palavras ou expressões ininteligíveis.

Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Com a permissão do Deputado Esperidião Amin, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política.

Expediente.

Carta do Sr. Almir Luiz, residente em Recife, Pernambuco, com propostas a serem analisadas por esta Comissão Especial;

Ofício do Deputado Rubens Pereira Júnior, do PCdoB, do Maranhão, justificando a falta a esta reunião, por estar em missão oficial à Assembleia Nacional da França e ao Parlamento Europeu em Estrasburgo.

Ordem do dia.

Na Ordem do Dia de hoje, estão previstos ajustes no plano de trabalho do Relator e deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Vicente Cândido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha. Se eu precisar, gostaria de fazer uma leitura rápida, em 5 minutos, de duas páginas da minha apresentação e do ajuste — a palavra está na moda — do nosso plano de trabalho que foi aprovado no início da reunião.

Após audiências e muitas conversas — evidentemente que ainda faltam muitas outras —, mas dentro do possível, estamos incluindo novos tópicos e fazendo a seguinte proposição para a Comissão: que apresentemos uma proposta de reforma política para ser implementada em até 10 anos. Elegemos os tópicos prioritários para 2018 e propomos que esta Comissão dure até o final desta Legislatura para dar conta das demais matérias com mais tranquilidade.

Nesse período de conversas, detectamos que talvez uma das falhas que cometemos no ano passado foi querer aprovar tudo com o princípio da anualidade, da anterioridade, de forma que tudo tem que passar pelas duas Casas até setembro. Até ouvi o Deputado Marcelo Castro dizer que, quando terminou a Constituinte 1988, propuseram ao Presidente Ulisses Guimarães aprovar uma reforma política para dali a 20 anos. Ele achou o prazo muito longo e não topou. Se a tivesse aprovado,



possivelmente não estaríamos vivendo no país da Lava-Jato e de tantos outros escândalos.

Acho que a proposta é bastante razoável. Nas conversas não ouvi nenhuma oposição. Pelo contrário, houve muita afirmação no sentido de aprovarmos medidas que entrem em vigor de imediato, a médio e a longo prazo. Entre esses tópicos, decidiríamos em conjunto o que é urgente e necessário para 2018.

Na proposta eu elenco pontos, mas evidentemente que o central deles é o financiamento e sistema de votação. Existe mesmo, por parte daqueles que ainda não têm posição muito definida e até dos que têm posição contra, um reconhecimento de que, para viabilizar o financiamento público ou para deixar espaço para o financiamento misto, com a participação de pessoa física, nós vamos ter que fazer uma engenharia muito grande para encaixar a campanha eleitoral dentro do financiamento público.

Um desafio é abarcar dentro do orçamento público as nossas campanhas majoritárias: Governadores, Prefeitos e Presidente. Colocar no financiamento público as campanhas majoritárias do Brasil dos três entes federados — que não são baratas, por mais barato que nós consigamos trabalhar —, será uma situação quase inédita no mundo.

Outro desafio é baixar o custo da campanha proporcional. O que está avançando nas conversas até agora é uma proposta de transição, mas falta ainda muita conversa. Eu pediria aqui aos Pares que nós fizéssemos este debate na Comissão, porque nada vai ao Plenário sem passar por aqui.

Nós percebemos que o sistema alemão tem ganhado força pelo mundo afora. Este sistema procura agradar um aspecto mais amplo: o eleitor tem o voto direto no distrital; e o partido tem o voto na lista partidária. Isso tende a ganhar espaço no mundo e aqui também nas conversas.

Qual é o nosso problema para a implementação imediata desse sistema? É definir o conceito e o tamanho dos distritos. Não há tempo, Deputada Luiza Erundina, de viabilizarmos isso para 2018, porque isso exige uma demanda mais criteriosa, mais técnica, que teria que envolver o IBGE, os TREs, o TSE e talvez até o IPEA.



Então nós faríamos lista fechada para 2018 e 2022, se fosse preciso, e, a partir de 2026 ou 2022, se nós conseguirmos agilidade, adotaríamos o sistema alemão adaptado à realidade brasileira, com contornos e acertos, pois nós temos o privilégio de não carregar para o Brasil o que já não deu certo no sistema alemão e de adaptar o sistema às condições brasileiras. Deixaríamos aprovado, para 2026, o sistema alemão, trabalhando, num período transitório — 2018 e 2022 —, as eleições municipais também. Isso seria o eixo do nosso debate.

Em seguida, na proposta eu apresento temas menos polêmicos: trazer o pré-registro para fevereiro e março; exigir para o registro definitivo apenas a ata da convenção e a descompatibilização após a convenção, que seria em julho; regulamentar prévias ou primárias, se mudarmos o sistema de votação, reservando os meses de maio e junho para que se fizesse a discussão interna nos partidos. Nós vamos ter que nos debruçar sobre isso. E voltam os dois meses de campanha — agosto e setembro — sem mexer, por enquanto, em tempo de televisão.

Também ouvi muito — e estou considerando isso — que a lei atual, para a realidade nacional e estadual, num tempo curto de campanha, não é viável. Nós percebemos isso em cidades como São Paulo. Em cidade grande ela já não é viável. Imagine fazer campanha nacional em Estados que quase têm dimensão de País no Brasil! Nós voltaríamos para dois meses de campanha: agosto e setembro. Deixo o mês de julho para as convenções, na convenção haverá o registro definitivo.

Com isso, nós vamos desafogar a Justiça Eleitoral e não seremos desleais, como fomos na última mexida aqui, com ela. Em 2016, foram 500 mil candidatos. Protocola-se em 15 dias, e a Justiça Eleitoral tem que responder durante o período eleitoral se a pessoa tem condições de ser candidato ou não. Isso daria mais segurança jurídica para os partidos, segurança política para os partidos, para a sociedade e para o próprio candidato, que já saberia se teria pré-condição de ser candidato ou não.

Vamos procurar trabalhar também a unificação dos prazos de descompatibilização, sendo mais rígidos com o afastamento de servidor público. Há muita fuga de funcionário, que sai para ser candidato, mas não se confirma sua candidatura e acaba se beneficiando com isso. Seremos mais rígidos com o funcionário público, mas procurando unificar os prazos. Hoje, só na área militar, há



três prazos diferentes. Vamos trabalhar para que tenhamos um sistema menos complexo.

Tenho vontade também de limitar a divulgação de pesquisa até o último prazo do debate para 72 horas antes das eleições. Hoje, é proibida a pesquisa só no dia da eleição. Há uma vontade de limitar o prazo em 72 horas antes.

Com respeito aos pontos acessórios para 2018, elegeríamos esses. Quanto aos demais pontos, podemos trabalhar com mais tranquilidade. Na medida em que formos acelerando os tópicos para 2018, vamos também analisando com o grupo de trabalho, a Subcomissão e a relatoria, os demais pontos.

Estamos acrescentando, com mais segurança agora depois da conversa, a limitação de mandato para as Cortes e Tribunais de Contas, até agora não vi ninguém falar contra isso, em 10 anos.

Aparece aqui também uma disposição para a extinção do cargo de vices em todos os níveis. Aparece também aqui um ponto para eliminarmos as coincidências nas eleições, fazendo eleição para o Legislativo num ano e para o Executivo em outro ano. Trago o assunto aqui com mais segurança, depois de muitas conversas, para deliberarmos sobre eles, mas não seriam prioridades para 2018. Após definirmos a eleição de 2018, podemos nos debruçar com mais tempo sobre os outros.

Aparece também uma análise mais criteriosa, um trabalho em que o próprio Deputado Edio Lopes já vinha fazendo na Comissão de Finanças e Tributação, sobre a necessidade de revermos, no mínimo, a dosimetria das multas financeiras. Há muita disparidade. Por exemplo, uma pessoa que fez uma doação e estourou o limite tem que pagar 10 vezes aquele valor. Como não há mais arrecadação privada, é uma incoerência mantermos isso, porque depois vamos ter que tirar dinheiro dos cofres públicos ou vamos inviabilizar o partido por uma questão formal. Precisamos rever a dosimetria e, evidentemente, naquilo que for exagero e naquilo que for legal, temos que fazer uma remissão das multas, já que hoje muitas são impagáveis. O Deputado Edio Lopes já vinha analisando essa situação e está à disposição de todos.

Queremos aprovar aqui também um requerimento de iniciativa do TSE, do Presidente Gilmar Mendes, para fazermos, no dia 21 de março, um *workshop*



internacional com seis países que viriam nos contar a experiência de seus sistemas: França, Estados Unidos, Alemanha, entre outros.

Há também disposição das entidades que discutem reforma política no Brasil de, no dia 23, logo em seguida ao seminário internacional, fazer um *workshop*, um seminário ou uma audiência pública nacional com essas entidades convidando alguns desses países para falar nesse evento nacional, que seria realizado na Casa também.

Podemos, se houver concordância do Presidente, retomar as audiências regionais. Estava marcada uma no Nordeste no ano passado, por conta da confusão aqui não foi realizada. Podíamos retomar, logo depois do carnaval, a audiência do Nordeste que estava prevista para o Estado da Bahia.

Este é o ajuste que eu estou propondo à Comissão para análise imediata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Gostaria de fazer um rápido comentário a respeito da proposta de ajuste, mas fui impactado pela visão da demagogia do nosso Presidente. Ele deve ter ligado para a nutróloga dizendo que este é o almoço dele e está exibindo este esquálido pão torrado. É capaz de essa pobre senhora acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Eu conto com isso.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu considero isso uma agressão à inteligência dela e à boa-fé dos seus amigos, entre os quais eu me incluo.

Quero dizer ao Deputado Vicente Cândido que eu fico triste com a sua proposta e vou explicar. Se nós não discutirmos agora alguns pontos fundamentais para deliberar em 2017, podemos esquecer-lhos, porque na próxima legislatura eles não valerão para 2022. Eu desejo ver discutido o menor número de pontos possíveis, não assumindo o grau de boa-fé do Deputado Marcelo Castro, que tinha jurado nunca mais debater o tema e, perjuro remido que é, aqui jaz entre nós.

Eu defendo que sem uma discussão profunda a respeito da proliferação de partidos, da indústria de criação de partidos, que é a única indústria brasileira que está crescendo... O PIB da indústria nacional está beirando um dígito, a indústria de produção de partidos políticos viceja com o dinheiro público, com fragmentação



partidária e com outros riscos para a moralidade pública e para a democracia, sem nenhuma ofensa a partidos ideológicos que têm a sua base de pensamento assentada. Sem essa discussão para se chegar ou à cláusula de desempenho ou à proibição de coligação nas eleições proporcionais, sem essa discussão, quero dizer, com todo o realismo, que nós trataremos de 20 assuntos, talvez aprovemos alguns, e marcharemos rapidamente para o fiasco da última minirreforma política, em que só aprovamos coisa de interesse dos bem-aventurados políticos brasileiros, com todas as reações populares, dessa feita, justas.

Então, eu queria fazer um apelo para que V.Exa. nos desse tempo para conhecer esse seu ajuste, mas não posso deixar de expressar ao meu amigo a minha tristeza, porque a minha primeira intervenção foi exatamente nesse sentido. Se nós quisermos abrir o foco, adianto que todos os assuntos são importantes. V.Exas. acham que não é importante tratar da desincompatibilização de espertalhões? É. Mas vamos criar ali cinco anticorpos. Vamos tratar agora do dia da eleição e da primária — mais cinco anticorpos. Não teremos maioria para debater as coisas fundamentais.

E me socorro agora de uma feliz coincidência, de pensamento expresso, acho que publicado na semana passada e retrasada, do próprio Presidente Michel Temer. Ele publicou a seguinte ideia: sem um impedimento, democrático, sem uma barreira para a fragmentação partidária, vai ficar impossível governar. E já está ficando impossível governar.

O Governo já admite, hoje as folhas registram, que se troca, sim, cargo público relevante por apoio parlamentar. Nada melhor do que criar mais partidos para ter direito à sua parcela. Sem essa discussão — eu tenho uma posição e respeito quem pensa diferente —, não adianta falar do resto.

Repto, partidos políticos financiados com dinheiro público gera fragmentação partidária, que já foi a ruína de países como a Alemanha, enseja a corrupção, a barganha, é a principal vitamina do presidencialismo de coalizão, que, todos sabem, nenhum bem fez ao Brasil.

Então, eu queria lamentar, eu queria ter a oportunidade de um debate, até porque, se V.Exa. chegou a esse conjunto de propostas, quem sou eu para dizer que elas não são devidas. Mas, para mim, elas provocam uma tristeza, com muitas



lembranças ruins de experiências passadas. E eu não sou dos mais experientes nesse assunto, o Deputado Marcelo Castro, a Deputada Luiza Erundina e tantos outros têm muito mais a dizer.

Mas eu só queria falar sobre isto: eu me posicionarei contra uma fragmentação de objetivos e contra a ideia que veio do Senado. Por exemplo, a questão da proibição de coligações, cláusula de barreira e porcentagem de desempenho também acho que é difícil aprovar para entrar em vigor em 2018, mas, se nós não aprovarmos em 2017, não vai entrar em vigor em 2022. Não há nenhuma chance de legislarmos agora para vigorar no nosso futuro imediato. Então, vamos legislar agora para vigorar em futuro um pouco dilatado, mas sobre as questões cruciais. Essa é a minha opinião.

Perdão por me alongar. Como eu estava repetindo, eu quis insistir.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Esperidião Amin, primeiro transforme essa sua tristeza em energia para nos ajudar aqui. Vou contar muito com a sua inteligência e a sua contribuição, que é costumeira, para acharmos a solução para essas questões.

Primeiro, quero dizer que esses temas estão arrolados aqui no nosso plano de trabalho, como fim de coligação e cláusula de barreira. Só que há uma PEC do Senado e há um encaminhamento do Presidente da Casa de criar uma Comissão específica para isso, que me parece que já tem até Presidente e Relator. Então, passaria à margem desta Comissão, *a priori*. O Presidente Lúcio conversou com o Presidente Rodrigo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Que Presidente?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O Presidente (*ininteligível*) disse que diligenciaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Estamos fazendo isso, estamos conversando com o Presidente Rodrigo nesse sentido, mas parece que tem dificuldades também, porque, a exemplo do que ocorre na governança, são muitos partidos, tendo as Comissões também que ser distribuídas.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não faz o menor sentido! Nós estamos tratando de reforma política. Fazer outra Comissão para tratar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Exatamente. Já estive com ele e marquei nova conversa. Se for o caso, vamos todos os membros da Comissão dizer isso ao Presidente. Acho que seria o caso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Amin, superado esse...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Se V.Exa. me permite, o meu teorema acaba de receber do Presidente da Comissão o “CQD” — conforme queríamos demonstrar. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Superado esse pequeno impasse, eu acho que temos que encarar também esse tema, ou pela PEC, ou com outra Comissão ou nesta. Mas eu queria precisar aqui — não sei se V.Exa. prestou atenção — que troco qualquer outro tema para definir estes: financiamento de campanha e sistema de votação. Para mim, isso é o carro-chefe. Acho que nós precisamos concentrar energia em cima disso.

Falei dos demais temas. Em sendo menos polêmicos, mais consensuais, é fácil nos debruçarmos sobre eles e deliberarmos. Por exemplo, essa questão da linha do tempo, do registro e do pré-registro. Acho que não existe nenhum problema ideológico ou de cunho partidário. Mas o centro do debate é sistema de votação e financiamento de campanha, para não pertermos o foco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Só para tentar contribuir, eu queria registrar que o fato de o Relator colocar diversos pontos não quer dizer que começemos já a apresentar resultados no final desses pontos todos discutidos. Isso nós conversamos aqui, quando da instalação da Comissão. Então, uma coisa não impede a outra.

A Comissão tem a sua validade até o final desta Legislatura, mas isso não quer dizer que nós tenhamos que apresentar as propostas a serem votadas, apresentar relatório no final desta Legislatura.

Então, tanto o Governador Esperidião Amin como o Relator estão corretos; as duas propostas estão. Uma proposta não inibe a outra.

Com a palavra o Deputado Rubens Otoni.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Sr. Presidente, Deputado Lucio Vieira Lima; nosso ilustre Relator, Deputado Vicente Cândido; ilustres Deputados e Deputadas, eu vejo que esse debate se torna cada vez mais urgente. Se é verdade



que há 30 anos, quando da discussão desta Constituição que hoje vige, já se falava da urgência de se buscar a reforma política, hoje mais ainda.

Nós vivemos um momento de aprofundamento de uma crise que em 2015 se apresentava como uma crise econômica e que se transformou em uma crise política. Depois disso, passou a haver um conflito institucional. Hoje, nós temos um descontrole social, inclusive nas ruas. Isso não é por acaso. É claro que existem vários motivos para isso, mas eu não tenho dúvida de que também a não realização de uma reforma política profunda e consistente que pudesse aperfeiçoar o nosso sistema político-eleitoral contribuiu para que chegássemos a esse caos que vivenciamos.

Nesse sentido, eu vejo que a proposta do Deputado Vicente Cândido para a organização do debate atende a essa expectativa, porque dá a possibilidade de discutir todos os assuntos no seu conjunto, sem abrir mão da preocupação colocada pelo Deputado Esperidião Amin de centrar em alguns temas que são fundamentais. Então, podemos articular as duas coisas.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que, entre tantos temas, esta Comissão tem a responsabilidade de apontar uma solução para o financiamento das campanhas. Está provado, e para quem tem dúvida disso a eleição mais recente nos ajuda nessa reflexão, que não dá para ir para uma eleição estadual de governador ou para uma eleição presidencial com esse modelo de financiamento. Isso é impossível. Então, temos que ter uma solução para 2018. Foi isso que o Deputado Esperidião Amin colocou com toda a razão.

A proposta que o Deputado Vicente Cândido coloca aqui, pelo que eu entendi, nos dá condição de fazer um debate mais amplo, conforme o alerta dado pela Deputada Luiza Erundina, desde o ano passado, discutindo no todo a proposta e não de maneira apenas pontual, e, ao mesmo tempo, avançando naquilo que julgamos fundamental e urgente no dia a dia. Então, vejo de maneira positiva essa proposta do Deputado Vicente Cândido, e vejo que podemos trabalhar a partir desta dessa metodologia e que podemos trabalhar bem neste ano avançando na proposta da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lucio Vieira Lima) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Deputado Lucio Vieira Lima, Sr. Relator, Deputado Vicente Candido, demais colegas Deputados e Deputadas, esta Comissão é do tipo que, quando começa, todo mundo diz que não vai dar certo, não é, Deputado Esperidião Amin?

Em campanha eleitoral, quando me reúno com a população, sempre há alguém que torce o nariz para aquilo que você está falando. “Ah, saúde e tal...”. Eu respondo que nunca vi nenhum candidato dizer: *“Eu vou ganhar a eleição para piorar a saúde”*. Nunca vi um candidato dizer: *“Eu vou ganhar a eleição para piorar a educação”*. Todo mundo fala que vai melhorar tudo.

Em uma Comissão como esta, todo mundo começa a participar com as melhores das boas intenções. Nosso desafio, evidentemente, é buscar compatibilizar as opiniões sobre os diversos temas que nós precisamos tratar, compreendendo que, mais do que constatar que nós estamos numa situação bastante complicada do ponto de vista do sistema político nacional, que todos nós questionamos, nós devemos buscar caminhos — não exatamente para ser aprovada a proposta A ou a proposta B, porque isso é fruto do debate político, é fruto da troca de opiniões, de ideias, e, ao fim e ao cabo, é fruto da votação no plenário — e precisamos fazer com que a Casa acredite que esta Comissão funciona e que nós teremos o bom senso de estabelecer um calendário que atenda a média das opiniões desta Casa para podermos avançar em algumas mudanças.

Foi falado aqui rapidamente e de forma até bastante exaltada, não nos microfones, mas nas fisionomias, em se criar uma Comissão paralela a esta para discutir um assunto específico. Isso é uma coisa para não funcionar — para não funcionar nada! Eu acho que a primeira questão é a sensibilização do Presidente, Deputado Rodrigo Maia, no sentido de que ou esta Comissão foi instituída para funcionar efetivamente ou é uma Comissão que existe para que nós possamos trabalhar na perspectiva de, digamos assim, superar o discreto que todos nós temos e toda a população tem, ou não conseguiremos avançar. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que o Deputado Vicente aponta vários temas que precisam ser tratados. Obviamente, nós temos uma preocupação em resolver algumas questões, se não todas, as que são mais emergenciais e mais relevantes,



tais como, sistema de votação, financiamento de campanha, pulverização de partidos e outras mais. Nós temos urgência em tratar desses temas.

Então, Deputado Esperidião, nós precisamos fazer uma hierarquização desse conjunto de temas que o Deputado Vicente Cândido apresentou, que, de certa forma, acho que contempla as preocupações de todos os partidos e de todos nós das Comissões, bem como as preocupações que existem hoje na sociedade brasileira com relação ao processo eleitoral.

Por exemplo, eu apontaria como uma questão central de um debate com relação à reforma política a participação popular no sistema político nacional. A criação de instrumentos que pudessem dar acesso direto à população — plebiscitos, etc. —, isto, para mim, é central.

Porém, nós precisamos hierarquizar esse conjunto de temas, Deputado Marcelo, para saber se, dentro do contexto, eles precisam, efetivamente, ser debatidos até os prazos que dizem respeito à eleição de 2018, ou se eles podem ser jogados um pouco mais para frente, para que possamos continuar fazendo este debate.

E nós temos que considerar outra questão. O Senado, em pontos específicos, está fazendo também debates relacionados à reforma política — como, por exemplo, a PEC 36/2016, que veio de lá para cá — e que podem, de alguma forma, criar problemas de visão e aprovação diferenciadas. Então, nós precisamos também fazer um debate e uma compilação daquilo que está sendo discutido no Senado, para incluir em nossa hierarquização, de modo que possamos deslanchar efetivamente. E, acima de tudo, para que possamos vencer a etapa do descrédito que este tema traz para todos nós, para a sociedade e para o conjunto desta Casa. Se não fizermos isso, se não conseguirmos superar isso, não conseguiremos avançar em nada. E aí tem razão o Deputado Esperidião, quando fala que não está tão confiante assim.

Vou encerrar. Eu acho que esse roteiro que o Deputado Vicente apresentou considera se não todos, quase todos os temas que nós temos que debater aqui. Precisamos fazer uma hierarquização disso para que possamos, no calendário da Comissão, discutir cada um deles.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Gostaria de dar uma informação. Está sendo distribuída, para os senhores e as senhoras, minuta de projeto de lei que também está no nosso roteiro para regulamentação do art. 14 da Constituição Federal, que trata da participação da sociedade.

A consultoria, junto com o Laboratório Hacker, já se debruçou sobre essa matéria e trouxe uma solução bastante interessante, Deputada Luiza Erundina — V.Exa., que é da frente popular pela participação da sociedade na reforma política — , que dá legalidade aos projetos de iniciativa popular.

O que acontece? Analisemos esse último caso do Ministério Público em que o Ministro Fux cancelou a iniciativa porque um Deputado abarcou o projeto. O que acontece aqui historicamente? A Lei da Ficha Limpa, o Fundo Nacional de Habitação vieram para cá como projetos de iniciativa popular. A Câmara não tem mecanismo para conferi-los; o TSE — Tribunal Superior Eleitoral, por exemplo, confere as 500 mil assinaturas quando da fundação de um partido. Não havendo mecanismo para conferir, algum Deputado assume o projeto. Então, fica uma coisa esquizofrênica, manca. O Ministro Fux tomou essa decisão no ano passado e cancelou as 10 Medidas, na visão dele, por essa ilegalidade.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - (*Ininteligível*) cancelando a nossa Comissão...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - A nossa Comissão, isso.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - E as modificações vêm...

V.Exa. me permite? Acho que foi uma decisão muito grave. O Ministro Luiz Fux, um homem respeitabilíssimo, utilizou as decisões sobre jabuti — uma das decorreu de uma questão de ordem formulada por mim — para considerar as emendas parlamentares ao projeto jabutis. Foram duas decisões, do Ministro Edson Fachin e da Ministra Rosa Weber, os quais eu procurei para conseguir aquele acordão, em novembro de 2015, a propósito da Medida Provisória nº 678/2015. Primeiramente, não era projeto de lei, e o jabuti se constituía de 22 matérias acrescidas ao projeto de lei de conversão.



Mas o que eu quero dizer é o seguinte: ele atacou a capacidade de o Congresso modificar, por exemplo, um parágrafo de um projeto de lei de iniciativa popular. O que ele disse foi o seguinte: “*Ou aprovo ou rejeito*”. Eu acho que isso não está escrito em lugar nenhum.

Portanto, esse texto do projeto de lei merece realmente um estudo à vista de como o Supremo vai decidir sobre a decisão liminar do Ministro Luiz Fux.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Para superar um pouco dessas dificuldades, a consultoria, junto com o pessoal da tecnologia — tem alguém da tecnologia aqui para que os Deputados possam conhecê-los? (pausa) —, faz a proposta de que, ao chegar a 500 mil, a 2 milhões o número de assinaturas, haverá um mecanismo para dar legalidade e legitimidade a essas assinaturas, através da tecnologia. Ou seja, seriam assinaturas eletrônicas — não sei se esse é o termo correto —, por iniciativa popular.

Além disso, o Laboratório Hacker está à disposição da Casa e da Comissão para as enquetes. Queremos, através de enquetes, medir o termômetro da sociedade sobre quaisquer desses temas, como o voto facultativo. E devemos usar esse mecanismo, que está sendo pouco usado. Alguns estão usando-o bem, mas eu acho que, na totalidade da Casa e desta Comissão, para esse tema poderíamos usá-lo melhor. Não há limite para o que nós poderemos fazer com essas iniciativas e com as tecnologias à disposição.

Então, está aqui este projeto de lei para leitura e para remendos ou consertos para que ele se torne um projeto da Comissão.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Só uma sugestão, Sr. Presidente. Não sei se é o caso de fazer um requerimento, mas poderia marcar a vinda de um dos consultores a uma das nossas reuniões aqui e para que faça uma explanação sobre essa questão que eu considero bastante relevante. Como eu disse, é uma preocupação que tenho com relação à participação popular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente Deputado Marcelo Castro, Sr. Relator Deputado Vicente Cândido, um Deputado mais experiente, certa vez, me disse que o prestígio de uma Comissão sobre um tema se revela no número



do plenário que lhe foi reservado. Começa a se discutir o tema quando está fervendo e é uma prioridade nos Plenários 1 e 2. A reforma política foi assim, não foi Deputado Marcelo Castro? E ela foi sendo deslocada, foi decaindo o ritmo e tal, até acabar no Plenário 16.

Mas eu creio que aqui temos que nos escudar em duas convicções. Primeiro, no caráter estratégico, essencial para a democracia brasileira, das mudanças que temos que produzir. A democracia representativa brasileira está ficando disfuncional. Há uma distância abissal entre a sociedade e o sistema representativo. Esse é um fenômeno universal, mas a nossa distância está agravada pelas mazelas do nosso péssimo sistema político-eleitoral e partidário. É uma questão estratégica, não é uma questão qualquer.

A democracia brasileira, a meu ver, está sob risco. Ela vai se deteriorar se nada for feito. Se usarmos a velha prática de deixar ficar como está para ver como fica, vamos nos surpreender em 2018. E posteriormente vamos nos surpreender com os desdobramentos, até termos um estrangulamento de governabilidade, o que vai acontecer independentemente de quem seja o Presidente da República.

Isso é impressionante! Esse tema faz parte da primeira Comissão das quatro que fiz parte — essa é a quarta. Já tínhamos dito que a reforma é aquele tipo de coisa que cada cabeça é uma sentença, pois cada um tem uma reforma na cabeça, e todo mundo acha que tem que mudar, mas não muda. O imobilismo é a regra. Em função de esta ser a quarta Comissão, há um certo ceticismo adquirido, mas quero um comportamento pragmático.

Eu me associo ao que o Deputado Esperidião Amin disse em relação ao plano de trabalho. Temos só 6 meses e temos três temas centrais: sistema eleitoral, sistema partidário e financiamento.

No sistema eleitoral, é muito difícil avançar, visto que é o mesmo Congresso, é o mesmo colegiado que vai votar. Para se ter noção, o distritão obteve 210 votos; o distrital misto, 99 votos; a lista fechada, 22 votos. A votação está muito distante dos 308 votos necessários, embora sistemas totalmente proporcionais não precisem de PEC. Então, podemos fazer outra conta, mas é muito difícil. Se puder mudar, será ótimo.



Sobre sistema partidário, é inadiável essa discussão que veio do Senado a respeito da cláusula de desempenho, do fim das coligações, o que é uma excrescência, é uma jabuticaba de péssima qualidade produzida pelo Brasil.

Quanto ao financiamento, as eleições presidenciais não param de pé com a regra de 2016.

Como eu disse, nós só temos 6 meses. Temos 15 dias de recesso em julho. Então, pragmaticamente temos 6 meses para colocar isso no Senado, e este deliberar.

Há esses três temas, além de outros essenciais que foram citados, como participação popular e aspectos operacionais do calendário. Afinal, a mudança para 45 dias foi bom ou não foi bom? Nós vamos mudar? O que pode e o que não pode sobre instrumento de propaganda, de pesquisas? Há uma série de temas acessórios, periféricos, mas que também são importantes.

Acho que devemos ter um pacto pragmático. Primeiro, temos que ter foco na deliberação e não no acúmulo de informação, discussão e debate. Esse acúmulo de debate já existe no sistema partidário, na sociedade e na imprensa. Já é a segunda reforma que vamos votar em uma Legislatura. Esse debate já foi feito. Então, vamos ter foco, vamos arredondar a bola, deliberar, votar e liberar para o plenário.

Segundo, não adianta ficarmos encasulados aqui. Por isso, vou fazer uma proposta concreta para a direção desta Comissão: temos que agendar, semana que vem, um encontro com o Presidente Rodrigo Maia e com o Presidente do Senado Eunício Oliveira. Não adianta ficarmos aqui gastando tempo e energia, porque esse é um processo que tem que envolver, inicialmente, a direção da Câmara e a do Senado.

Estou propondo concretamente uma reunião da direção desta Comissão com os dois Presidentes e um ato contínuo de provocá-los para convidar os presidentes de partidos. Não são decisões isoladas, solitárias, de nossa parte. Os partidos políticos brasileiros têm que resolver o que querem da vida — não adianta! Se não fizermos esse contato, num primeiro nível, com os Presidentes do Senado e da Câmara e, num segundo nível, com os presidentes nacionais dos partidos, vai acontecer o que aconteceu: a Câmara dos Deputados votou o financiamento de empresas e o Senado o barrou; a Câmara dos Deputados votou o fim da reeleição e



o Senado o engavetou. Imaginem o que pode acontecer com coisas mais complexas e decisivas!

Por último, quero dizer claramente que essa visão holística e compreensiva de que vamos fazer apenas uma PEC com tudo dentro é equivocada. Acho que não pode haver esquizofrenia. Por conta do pragmatismo necessário, da emergência do calendário e da importância do tema, acho que devíamos acelerar esse processo. Façamos outras audiências públicas e tal, mas elas não vão agregar muita coisa no conhecimento desta Casa. Precisamos de negociação política, de discussão objetiva e de deliberação. Tem que haver mudança concreta. Chega de blá-blá-blá! Temos 6 meses para isso.

Então, a minha proposta é que, após esses encontros, priorizemos os temas, façamos a discussão, a votação e a liberação para o plenário. Se fizermos assim, acho até que geraria conforto para o Presidente Rodrigo Maia transformar esta Comissão na Comissão Especial da PEC, desde que nos disponhamos a apreciar e votar na forma que veio no substitutivo e liberar para o plenário. Afora isso, vamos ficar aqui até o fim da Legislatura discutindo. Aí vira academia, clube de interessados no tema, e não mais que isso.

Não consigo visualizar a eleição de 2018 com as atuais regras para o sistema partidário e para o financiamento de campanha. O ideal seria que já houvesse mudança para essa eleição. Quanto ao financiamento, vão achar que vamos colocar campanha presidencial de pé com doação de pessoa física. No ambiente em que o Brasil vive e com a cultura que temos, isso é sonho de uma noite de verão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, nobre Deputado Marcus Pestana, já calejado de outros carnavais.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu também vou na mesma linha de pensamento do Deputado Marcus Pestana. Creio que deveríamos ter um pequeno número de audiências públicas muito seletas, porque o que queremos, de onde estamos vindo e para onde temos que ir, acho que todos nós aqui sabemos. Nós enfrentamos esse debate diuturnamente em nossas bases, na sociedade.

Então, creio que, a exemplo do orador anterior, o momento é de objetividade, se é que nós queremos aprovar algum tipo de reforma nesta Casa. De outra



maneira, nós não nos afastaremos muito do destino de tantas outras reformas que por aqui já ocorreram.

Feita essa observação, Sr. Presidente, eu também, um pouco menos cético que o Deputado Esperidião Amin, tenho a impressão de que o ilustre Relator, com toda a dinâmica que tem demonstrado ao decorrer do início dos trabalhos desta Comissão, deveria pontuar um menor número de questões e levá-las a efeito. A maneira como nós fazemos uma constelação de objetivos revela que quanto maior for essa constelação de pontos a serem alcançados, maior será a dificuldade de atingirmos.

Portanto, creio que a questão dos partidos políticos é inarredável. Temos que enfrentar esse debate e resolvê-lo. Acho que essa é a questão central. É imprescindível resolver, de imediato, a questão do financiamento de campanha, e as demais situações terão um efeito de arrasto nessas questões centrais.

Creio que aqui, em minha opinião, nós deveríamos dividir duas situações nesta Comissão. Talvez não a criação de duas Subcomissões, mas a discussão de duas coisas bem pontuais. Nós deveríamos dar um tratamento dentro de um determinado foco, de um determinado contexto, à proposta de alteração ou de inclusão no sistema, que é de ordem constitucional. E aquelas questões que são infraconstitucionais, que têm um trâmite mais rápido, mais leve, nós deveríamos, de imediato, separá-las e tratá-las, quem sabe, em reuniões alternadas da Comissão.

Note-se que o Relator poderia propor, com muito mais conhecimento, com muito mais domínio da questão, a forma de tratamento da matéria para evitar que estejamos na mesma reunião debatendo uma questão que é constitucional, que tem um trâmite muito mais difícil, muito mais complicado no âmbito da Casa, misturando questões que seriam tratadas com um quórum mínimo ou um quórum menor nas duas Casas do Congresso Nacional.

São essas as minhas observações.

Sr. Presidente, quanto ao estudo das multas já estabelecidas em processos eleitorais, eu diria que essa é uma questão de relevância sim. Eu fiz um levantamento prévio, Sr. Relator, e observei que, desde 1999, há nesta Casa uma espécie de debate nesse sentido. Umas propostas prosperaram; outras, no entanto,



acabaram sendo arquivadas ou permanecem nesta Casa insepultas, vamos dizer assim.

Eu me lembro do debate que levamos ao plenário quando o Presidente desta Casa era o hoje Presidente da Republica Michel Temer. Naquele momento, levou-se ali, *en passant*, a proposta de anistia das multas por veiculação de propaganda indevida, impostas pelo sistema eleitoral aos veículos de comunicação nacional de todas as áreas. Isso acabou não prosperando, houve uma manifestação meio pesada no plenário, e a proposta foi retirada de pauta pelo então Presidente Michel Temer.

Naquele momento, estranhamente, Sr. Presidente, Sr. Relator, não me lembro de uma única nota de rodapé de qualquer jornal deste País questionando a medida que quase foi aprovada naquela noite do já longínquo ano de 1999.

Portanto, é, sim, uma questão atual. Nós precisamos nos debruçar sobre essa questão, que não é só da pessoa física, da pessoa jurídica, mas também dos veículos de comunicação. Temos pelo menos que rever alguns valores que são nitidamente absurdos. E eu comparo muito a multa eleitoral às do IBAMA. Às vezes, o IBAMA chega ao meu Estado, aos confins da Amazônia, pega um pobre agricultor perdido na beira do rio, que acabou de fazer um pequeno roçado para plantar mandioca para subsistência de sua família, e lhe aplica uma multa de meio milhão de reais. Quer dizer, nem o IBAMA vai receber nem o cidadão vai pagar. O cidadão vai ficar com o CPF prejudicado por toda a vida, e, oxalá, não a passe para os seus herdeiros.

Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - A próxima oradora inscrita é a Deputada Luiza Erundina, a quem concedo a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, se eu tivesse gravado a primeira reunião da primeira Comissão Especial da qual eu participei, há quase 18 anos, veria que está absolutamente igual ao que estamos assistindo agora, com alguns personagens daquele tempo e outros, o que mostra que não está dando certo aquilo que nós estamos fazendo.

A cada 2 anos, há uma eleição no País; a cada 2 anos, a Casa aprova uma lei eleitoral fazendo remendos no sistema eleitoral — alguma coisa dá certo, outra coisa



faz piorar o sistema anterior; e se mantém essa falácia de uma Comissão Especial para fazer a reforma política.

Há uma Comissão de Reforma Política que funciona de um lado; há o Senado, que, por sua vez, também encaminha iniciativas e aprova matérias sobre uma pretensa reforma política. E nós ficamos enganando a nós mesmos e nos frustrando diante da tarefa de chegar a uma reforma política que valha a pena, que represente o aperfeiçoamento do atual sistema político.

Há consenso de que o nosso sistema político está falido, exaurido, esgotado; de que o sistema representativo perdeu totalmente a sua credibilidade, a sua legitimidade; de que está em crise a relação entre as instituições políticas e a sociedade civil.

Lamentavelmente, não se enfrentam de fato essas questões. E uma das demandas da sociedade civil é maior participação.

Na atual Constituição Federal, art. 14, há mecanismos que até hoje não foram regulamentados. Se pelo menos esta Comissão assumisse para si a tarefa, a responsabilidade real, verdadeira, concreta, objetiva de regulamentar esse art. 14, já se daria um enorme passo em sintonia com uma demanda real da sociedade, que é ampliar a participação dos cidadãos nas questões que dizem respeito ao processo eleitoral, à vida partidária, ao financiamento de campanhas, ao sistema de propaganda eleitoral.

Eu acho que não podemos mais ficar nos enganando. Temos que ver o que se quer quando se cria uma Comissão Especial dessas. É aperfeiçoar o sistema? Aperfeiçoá-lo em que sentido? Se for para aperfeiçoá-lo em algum sentido, não se pode remendá-lo, não se pode fatiá-lo. Se você alterar uma parte dele, ignorando as outras partes, você o distorce mais ainda. Se há distorções no sistema, elas serão ainda maiores e em maior quantidade caso ele seja alterado. Essa é a realidade.

E nós ficamos aqui lutando contra o desânimo, contra o desalento, contra a desesperança. Está na hora de darmos um basta nisso. E temos que dar um basta de forma coletiva. Não vamos ficar submetidos e submetidas à lógica eleitoral a cada 2 anos, porque não vamos dar conta de fazer de fato uma reforma que aperfeiçoe o sistema, que garanta legitimidade ao resultado das disputas eleitorais, que melhore o quadro partidário.



Essa questão do número de partidos não é problema numa sociedade plural, diversa, heterogênea como a nossa, comporta 38 partidos ou mais. O que não pode haver é bipartidarismo, ou tripartidarismo, ou quatro ou cinco partidos. O problema é o que um partido desses apresenta como projeto político, como visão programática, como compromisso para fazer as transformações que a sociedade brasileira exige, frente ao impacto das transformações enormes, profundas que ocorrem no mundo, com enorme impacto sobre a realidade brasileira.

Eu sei que estou fazendo chover no molhado. Todos já ouvimos e fizemos esse discurso, mas está na hora do vamos ver. Não dá mais para ficarmos nos enganando, seja ampliando prazos, seja legislando para curto, médio e longo prazo, seja fatiando ou não a proposta. Enfim, nós não acertamos ainda o que queremos, como fazer para atingir isso. Lamentavelmente, os prazos são estes que estão na legislação: eleições a cada 2 anos e, em cada ano anterior às eleições, a Casa tem que fazer uma lei com arranjos, remendos, o que infelizmente não tem contribuído para melhorar o nosso sistema político.

Eu gostaria que chegássemos, no mínimo, a um consenso ou a um resultado majoritário a respeito do que está proposto em relação à regulamentação do art. 14 da Constituição, que é a regulamentação dos instrumentos, dos mecanismos para uma democracia participativa, direta, o que é uma demanda real. Se isso for incorporado ao nosso sistema, de fato vai melhorá-lo em algum sentido.

É isso, Presidente. Eu não sei se eu tenho mais paciência histórica, como dizia Paulo Freire, para me manter nesse esforço inglório, insano e frustrante, como tem sido estas Comissões de Reforma Política.

Obrigada. Desculpe-me o discurso, mas a intenção era dizer o que eu sinto neste momento.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, permita-me uma correção? Na verdade, o fato da quase aprovação do projeto de lei que anistiava toda a imprensa nacional se deu em 2009 e não em 1999, como erroneamente afirmei anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem.

Está inscrito agora o Deputado Marcelo Castro.



Eu serei breve para não atrapalhar o andamento das discussões, mas eu quero-me associar ao Deputado Esperidião Amin, Deputado Edio Lopes, Deputado Rubens Otoni, Deputado Marcus Pestana, quando afirmam que nós precisamos de certo foco.

Eu acho que nós já debatemos muito nesta Casa. A Deputada Luiza Erundina deu seu depoimento de 18 anos de discussão deste tema aqui. Eu me recordo que eu era ainda Deputado Estadual e eu já estou aqui na quinta legislatura.

Havia um Deputado Federal chamado Marco Maciel, que depois veio a ser Presidente da Câmara, Senador da República, Vice-Presidente da República, que defendia a reforma política e dizia que ela era a mãe de todas as reformas.

E nós estamos aqui ainda hoje, Deputada Luiza Erundina, já fazendo um esforço hercúleo, procurando forças e coragem, quando já vem aquele desalento, aquele desânimo, aquela desesperança, mas nós precisamos repetir aqui nosso saudoso Eduardo Campos: nós não podemos desistir.

Este é um assunto tão relevante, tão importante para o futuro do nosso País, para melhor qualificação dos representantes do povo. Com todo o sacrifício, com todo o desânimo, nós temos que superar isso e ver se chegamos a um mínimo consenso.

Gostei demais da ideia do Deputado Marcus Pestana. Os Presidentes dos partidos, o Presidente da Casa, o Presidente do Senado, nós desta Comissão precisamos fazer um diálogo franco, objetivo, com espírito patriótico, para encontrarmos uma saída para esse sistema eleitoral.

Ninguém tenha dúvida disto que eu vou afirmar: mudando o sistema eleitoral do País, nós não vamos ter uma mudança nos costumes e na melhora do País. Os problemas do Brasil não estarão resolvidos, mas com certeza, Deputado Orlando Silva, nós estaremos sinalizando no sentido de um futuro melhor, mais estável, mais harmonioso, de maior prosperidade, de melhor qualificação dos nossos representantes.

O sistema político é a base fundamental da organização política da sociedade, e nós estamos perdendo tempo, precioso tempo, de décadas, e nós ficamos discutindo, e vai para frente e vai para trás. Efetivamente nós não demos passos relevantes para dotar o País de um melhor sistema político-eleitoral.



Queria pedir ao Deputado Vicente Cândido, nosso ilustre Relator, que não colocasse em votação hoje essa proposta de mudança, para podermos ter tempo de discutir e dizer o que gostaríamos que pudesse ser modificado ou não. Há muitas coisas aqui que eu discordo já de pronto. Por exemplo, esta Comissão, eu acho que ela só deveria funcionar este ano.

Acho importantíssimo o que V.Exa. propôs: fazer um escalonamento. Se nós dissermos: “*Vamos modificar para 2018*”, o que cada Parlamentar vai pensar? “*Gente, já no próximo ano é eleição. Se houver uma modificação, eu não vou ter tempo de me adaptar a ela*”. E ele vai votar contra a proposta. Mas se dissermos: “*Não, é para viger só em 2022. É para viger só em 2026*”, a pessoa pode se sentir encorajada e dizer: “*Não, daqui para lá, o meu partido e eu, particularmente, vou ter tempo de me adaptar a essa mudança*”.

Então, eu acho que é louvável, Deputado Vicente Cândido, o seu posicionamento, no sentido de podermos definir o que é relevante, o que é importante, o que pode viger de imediato e o que pode viger a médio e até longo prazo, se for o caso, mas nós votaríamos tudo agora em 2017 e esperaríamos, então, o tempo necessário.

Como V.Exa. disse muito bem, Ulysses Guimarães achou 20 anos muito tempo, mas, se não tivesse achado 20 anos muito tempo, nós já estaríamos com o sistema em vigor, que foi o caso também da cláusula de barreira, que foi votada aqui para viger em duas ou três legislaturas depois, e infelizmente o Supremo derrotou.

Então, eu queria fazer essas observações. Acho que, se nós não tivermos foco, se nós não definirmos aqui a nossa prioridade, se nós não acelerarmos essas votações... Eu acho que o debate está maduro, já foi feito, já foi discutido, já foi debatido, já há posições que são cristalizadas. Temos que ir para o voto, vamos ver o que é possível fazer. Definindo o que nós queremos, no diálogo, na discussão dos partidos e de todos, nós vamos dizer o que pode viger agora em 2018 e o que pode vir a vigorar mais para frente.

Então, essa é a minha participação, no sentido de nós, Deputada Luiza Erundina, fazermos um esforço grande, buscar coragem — parece que nós já não a temos mais — para não desistir de um tema tão importante, tão relevante para o futuro do nosso País.



Em seguida, então, vou passar a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, antes de entrar na questão da proposta da alteração, das complementações do Relator, eu queria fazer uma consideração sobre um tema que passa a ser recorrente, pelo menos junto à imprensa e eventualmente talvez nos corredores da Casa.

Ano passado nós vivemos aqui um clima de muita discussão, de muita pressão, quando se suscitou a possibilidade de se colocar, em plenário, a votação de projeto que previa a anistia de caixa dois.

Mais uma vez, nós estamos iniciando os trabalhos legislativos, e esse tema volta a circular, pelo menos a pauta jornalística, com algumas posições não muito claras. Ninguém assume efetivamente esse posicionamento, mas esse tema volta a ser colocado para uma discussão.

Tenho clareza de que esta Comissão, em nenhum momento, tratou desse assunto. Ninguém aqui está colocando isso como tema para discussão. Porém, acho bom registrar, inclusive por parte da Direção da Mesa dos trabalhos e também deste colegiado, que nós precisamos definitivamente sepultar essa questão e também definitivamente nos posicionar, mostrando que não há interesse desta Casa em tratar desse assunto. Precisamos nos concentrar no que é essencial, para que nós possamos efetivamente discutir uma reforma política que produza algo que seja compreendido pela sociedade como avanço, não como retrocesso.

Faço esse registro, manifestando esse meu posicionamento. A Casa tem que se posicionar claramente no sentido de que não vai tratar desse assunto, de que não vai colocar esse tipo de discussão em pauta.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Betinho, para V.Exa. está claro que uma coisa é a questão eleitoral, outra coisa é o caixa dois?

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sim, evidentemente. Queria apenas fazer um registro de posição política sobre esse tema.

Quero, na verdade, Presidente, fazer um apelo a V.Exa. Muitos colegas já se manifestaram dessa forma. Nós estamos correndo contra o tempo, e todo o tema que for debatido aqui evidentemente demandará profundas discussões e reflexões.



Já foi dito aqui por Deputados mais experientes e que já vivenciaram outras Comissões que nós temos um acúmulo de ideias e propostas que foram debatidas nesta Comissão e por outras Comissões.

Por isso é fundamental, Sr. Relator, que nós possamos de fato objetivar, nós possamos aqui, como recomenda o experiente Deputado Marcus Pestana, buscar aqui atender o que já é consenso ou uma proposta que já esteja bastante madura, para que nós passamos avançar em questões objetivas. Nós não podemos passar todo este semestre sem ter um resultado que possa ser levado a Plenário.

Acho inclusive que V.Exa. deveria fatiar o trabalho da Comissão, a relatoria, para que nós possamos avançar imediatamente naquilo que já há condição de avançar, mesmo que haja debate, discussão, divergência; avançar naquilo que esteja mais amadurecido para um processo de votação nesta Comissão e no Plenário. Na etapa seguinte, poderíamos discutir temas acessórios, que poderão ser fruto de outras deliberações. O que não podemos é permitir que este semestre se esvaiá sem que tenhamos algo de concreto para apresentar à Casa, ao Plenário e à sociedade.

De fato, vamos encarar uma eleição nacional que está em uma situação de um verdadeiro limbo, sem uma regra de financiamento muito clara. A sociedade precisa compreender que a regra atual, é bom dizer, estimula aquilo que todos estão condenando: o caixa dois. Essa regra atual não dá garantia de financiamento para que as candidaturas possam ir às ruas e se organizarem. Os partidos não têm, através de fundo partidário, condição de financiar suas campanhas.

Portanto, ou nós enfrentamos esse debate, que significa custo, que significa certamente gastos, mas, com isso, podemos qualificar a intervenção política e dar transparência ao financiamento de campanha; ou nós estaremos caindo em uma grande armadilha, alimentando uma grande armadilha. Nós estamos vendo aí todo um processo de investigação da Lava-Jato, que está depurando, de alguma forma, o sistema político brasileiro, desnudando um tipo de relacionamento pernicioso.

No lugar disso, nós precisamos colocar algo. E nós não temos algo posto no momento. Nós temos uma regra que deixou todas as campanhas eleitorais em um verdadeiro limbo. Há uma precariedade de financiamento do fundo partidário, que



não foi criado com esse objetivo principal. E, se nós não alterarmos essa regra, a campanha nacional vai ser uma verdadeira armadilha para a democracia brasileira.

Portanto, faço um apelo a V.Exa.: que sejamos objetivos e possamos debater aqui efetivamente pontos consensuais ou pontos mais urgentes para este momento. O financiamento de campanha é um deles, a questão da discussão de cláusula de barreira, cláusula de desempenho, qualquer outro tema que nós possamos aqui tratar.

Espero, Sr. Presidente e Sr. Relator, que nós tenhamos, neste momento, a compreensão de que é necessário modificar essas regras atuais, porque não serão boas para a democracia brasileira. Elas podem, como já disse, alimentar algo que toda a sociedade está querendo o fim, que é exatamente o caixa dois, que alimenta a corrupção e que corrompe, portanto, a atuação política.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Betinho Gomes.

Com a palavra o Deputado Wilson Filho, do PTB da Paraíba. Depois, ouviremos o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais colegas, eu também era membro da Comissão da Reforma Política no ano 2015. Participamos desse debate. Não sou Parlamentar de tantos anos ou de tantos mandatos — é apenas o meu segundo mandato —, como o são a Deputada Erundina e tantos outros aqui, para estar efetivamente, entre aspas, “constrangido” com tanto debate e pouca atitude.

Mas creio que a fala do Deputado Marcus Pestana envolve, Deputado Betinho, o sentimento de todos os membros desta Comissão. Tenho certeza, Deputado Vicente, Deputado Edio, de que nós iremos fazer deste ano um ano produtivo. Nós temos a obrigação de fazê-lo produtivo.

O primeiro passo deve ser, na minha opinião, o sugerido pelo Deputado Pestana, que é a reunião com os Presidentes eleitos das duas Casas. Isso permitirá que façamos uma reforma política com começo, meio e fim. Em 2015, fizemos um grande debate sobre a reforma política, mas, quando chegou ao Senado, tudo parou. Não dá para ser assim. Instalou-se esta Comissão, o Presidente Lucio Vieira



Lima e o Relator Vicente assumiram essa frente. Quando estávamos no meio da discussão, o Senado também colocou para votar outros temas; ou seja, aqui se fala A, lá se fala B, e ninguém fala a mesma língua.

Então, creio que o primeiro passo é unificar os trabalhos para que não continuemos agindo cada um por si, e, no final, nada acontece.

Também penso, Deputado Vicente, que a sugestão da alteração no seu plano de trabalho é para diagnosticar aquilo que será debatido em 2017, que valerá para 2018, e aquele tema que não tem a urgência necessária ou, mesmo que tenha urgência, não vale de nenhuma forma para as eleições de 2018 pode ser debatido próximo do prazo final que nós temos, que é o final deste ano.

Eu gostaria de dar uma sugestão. De todos os temas que V.Exa. colocou como passíveis de serem debatidos a partir do mês de setembro, outubro ou até mesmo no próximo ano: coincidência das eleições, fim da reeleição...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Só uma correção na interpretação do calendário. Para isso, a Câmara tem que deliberar até maio, para mandar para o Senado em junho, a fim de que o Senado delibere até setembro e, se tiver que voltar para cá, ainda dar tempo para analisar a matéria.

Então, vamos trabalhar o nosso prazo para maio e junho no máximo. Ainda este ano, a partir de junho, mandando essa remessa para o Senado, debruçamos sobre os outros temas. Portanto, setembro não é a interpretação correta.

O SR. DEPUTADO WILSON FILHO - O meu adendo, Deputado Vicente, é no sentido de que, lendo item por item os demais temas que deveriam ficar para depois de maio ou junho, na segunda etapa, todos eles têm relação com questões que não necessariamente valerão para 2018, exceto uma, que é do setor da sociedade que represento, que é a juventude: a questão do incentivo à participação dos jovens na política.

Esse foi o tema, em 2015, na reforma política, pautada pelo Plenário da Câmara, que mais recebeu votos naquela reforma política. Recebeu 485 votos, se eu não me engano. Foi o item mais votado. Esse, sim, valeria como regra para 2018.

Então, gostaria de pedir que esse item fosse incluído na primeira remessa de debate desta Comissão, para que possamos efetivamente debatê-lo e, creio eu,



aprová-lo, caso a Comissão de 2017 pense da mesma forma como pensou em 2015, e que o Plenário possa deliberar sobre esse tema ainda para valer em 2018.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado Deputado Wilson Filho.

Para nós organizarmos o nosso trabalho e podermos ganhar tempo e objetivar os nossos trabalhos, a sugestão é que, como nós temos apenas três inscrições, garantamos as inscrições, e o Relator fale no final após ouvirmos todos os inscritos, porque ganharíamos tempo para podermos desenvolver o tema.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva, do PCdoB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, eu considero que os que se dispuseram a participar desta Comissão são verdadeiros heróis da resistência, gente que ainda acredita que é possível uma interferência do Parlamento de modo a regular, eu diria, o sistema eleitoral. É muito pretensioso falar de reforma política, a meu juízo, porque os temas que nós examinamos aqui, quando muito, impactam no funcionamento das eleições no Brasil. A meu juízo, não há como debater reforma política sem priorizar mecanismos de participação direta.

O Parlamento brasileiro, os partidos, a política têm baixa representatividade no Brasil. Isso seguramente tem a ver com o afastamento que essas instituições têm do conjunto da sociedade brasileira. Debatemos pouco sobre medidas que efetivamente nos façam aproximar da sociedade. A democracia direta, a meu juízo, poderia ser um desses mecanismos, ainda mais em um tempo de sociedades digitais em que nós vivemos, em que a conexão se faz de modo simples.

Creio que seria razoável pensar em reforma política se nós constituíssemos de fato outro modelo de organização de partidos políticos, em que a sustentação programática deles, a identidade programática tivesse relevância. Infelizmente não se trata desses temas que debatemos nas Comissões que sistematicamente são instituídas no Parlamento brasileiro.

De todo o modo, é o nosso padrão, o nosso nível debater as regras eleitorais. Então que o façamos.

Eu tenho dúvida se nós temos acordo em muitos temas. Ouvi aqui um colega dizer: “*O que é consenso a gente põe para votar*”. Consenso para quem?



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Aliás, eu ia fazer essa provocação ao Deputado Betinho Gomes, para saber se S.Exa. se arriscaria a apontar algum tema de consenso. (*Riso.*)

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Alguns poderiam afirmar: “*Não, consenso é cláusula de desempenho ou cláusula de barreira*”. Isso é consenso para meia dúzia de partidos, e, a meu juízo, essa meia dúzia de partidos que, a meu juízo, são os responsáveis pelas distorções e equívocos do sistema político brasileiro. Não venham aqui me dizer que o problema do Brasil é o PSOL, o PCdoB, o PPS, o PV ou partidos que têm esse número de Parlamentares, francamente! É só olhar a crônica política brasileira que vamos perceber que os problemas centrais da vida política nacional não estão nesses partidos que têm uma representação parlamentar menor.

Então, vejam, cláusula de desempenho, cláusula de barreira, o tema consensual para resolver problema político no Brasil é aquela chamada “*conversa para boi dormir*”, que engana apenas os incautos. Mas, infelizmente, como há uma meia dúzia de partidos que têm força para impor a sua pauta, estamos nós aqui debatendo cláusula de desempenho, cláusula de barreira, que são, na verdade, para concentrar o poder nos partidos, que são os verdadeiros responsáveis pelas distorções políticas no Brasil, partidos que se alternam no poder político e que têm as bancadas majoritárias na Casa.

Então, eu dou um exemplo, Sr. Presidente, só para demonstrar um aspecto. Na verdade, quanto ao que nós temos que construir, eu considero que a proposta do Relator é correta e é conforme o que observei. O sentido político da fala do Deputado Marcus Pestana é o seguinte: identificar temas nodais e negociar esses temas nodais para ver se se alcança alguma construção política.

Eu considero que, no sistema eleitoral, por exemplo, eu defendo o voto em lista partidária. Considero que isso enfrenta um programa grave, que é a identidade programática, a identidade dos partidos. Se nós enfrentarmos esse tema de voto em lista, vamos ter uma alteração de fundo no sistema político brasileiro, no sistema eleitoral brasileiro. Trata-se do item nº 1 das mudanças que o nosso Relator pautou.

Assim como no item nº 1, a segunda medida é o financiamento de campanha. Valeria a pena, talvez, nos pautarmos no projeto de lei do Deputado Pestana? Quem



sabe? Na última votação sobre mudança no sistema eleitoral, eu subi à tribuna para defender financiamento público, que é a minha convicção; lista partidária fechada, preordenada e financiamento público. Conquistei 21 votos! Eu não fiz muito sucesso, Deputado Wilson Filho, o que não demove a minha disposição e energia de sustentar financiamento público, talvez, até nos termos pautados pelo Deputado Pestana, retirando-se alguns equívocos graves como, por exemplo, a extinção dos programas partidários, que seria um erro, a meu juízo, e amarrando menos do que ele propõe.

Então, Sr. Relator, Sr. Presidente, exposta, digamos assim, o que parece ser uma dose de ceticismo, quero transmitir a minha convicção de que é hora de sentarmos para negociar termos do que é essencial, que pode aperfeiçoar o sistema: sistema eleitoral, financiamento de campanha, porque, no mais, há um conjunto de temas aqui que, francamente, são temas sobre desincompatibilização, convenção, inscrição de candidaturas. São temas que, na verdade, servem para corrigir erros já produzidos pelo Parlamento. Seguramente, são temas que nós podemos encaminhar conjuntamente, mas são temas absolutamente secundários no que diz respeito à representatividade do sistema político no Brasil.

Então, eu quero defender que nós foquemos no debate de sistema eleitoral e de financiamento de campanha para negociarmos e avaliarmos se é possível a construção de algum entendimento.

E quero, para concluir, Deputado Vicente Cândido, rememorar uma reunião havida aqui na Presidência da Câmara, com o Presidente da Câmara, do Senado, com Ministro, presidente de partido, Líderes da Oposição, Líderes do Governo. E ali nós sinalizamos como fazer a construção. Então, eu creio que desdobrar aquele encaminhamento, aquele acordo daquele momento, é o desafio para tentarmos produzir algo que tenha alguma relevância na vida política brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Orlando Silva.

Tem a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame e, depois, o Deputado Carlos Andrade. Em seguida, nós vamos passar a palavra ao Relator para sua exposição e, então, avançaremos para a votação dos requerimentos.



Concedo a palavra ao Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tive a oportunidade de ver e ouvir aqui opiniões as mais balizadas, já nesta primeira reunião da reforma política. E acho que esta Comissão é uma das mais importantes Comissões constituídas neste momento.

De forma aditiva, eu queria somente incluir, nos temas apresentados que já recebi, alternativas de sistemas eleitorais: sistema proporcional, sistema majoritário e sistema misto. Na verdade, isso não leva em conta o modelo que nós defendemos, que é um quarto modelo: um sistema regional em que não se elegeria um Deputado de uma lista. Não seria o voto distrital elegendo um Deputado por região, mas, como existia no tempo do Brasil do Império, cada região elegeria vários Deputados, como já existe no Brasil. O que acontece é que o Distrito hoje no Brasil é o Estado.

Nós temos, no Brasil, Estados que são maiores do que o segundo maior país da América Latina. Em São Paulo, por exemplo, há 32 milhões de eleitores, quase 33 milhões; na Argentina, há 27 milhões de eleitores. Não há sentido um Deputado Estadual se reportar a 32 milhões de eleitores para ser Deputado Estadual. A mesma coisa acontece com Deputados Federais, não há sentido nisso. Na maioria dos países onde há voto distrital, os candidatos se reportam a 150 mil, 200 mil pessoas. Nós temos que nos reportar, no Estado de São Paulo, a 32 milhões de eleitores.

Acontece uma inversão na prática: pelo fato de não haver dinheiro suficiente para se fazer uma campanha para 32 milhões de pessoas, os candidatos escolhem uma região onde ele acha que vai ter mais sucesso, seja sua base eleitoral, seja o lugar onde ele acha que vai obter mais votos. Mas, na verdade, deveria ocorrer o contrário: o eleitor é que deveria escolher o eleito, e não o eleito escolher a região.

Também temos, no Brasil, Estados, como o caso do Amazonas e Pará, que são maiores do que a maioria dos países da Europa, aonde só se chega de barco. Por que eu não posso ter...

(Não identificado) - Quando chega!

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Quando chega, exatamente!



Se eu tenho Estados que elegem 8 Deputados, por que os Estados maiores ou os Estados com maior número de eleitores não podem se subdividir em regiões, e cada região elegeria, no mínimo, 8 Deputados Federais e 10, 11 ou 12 Deputados Estaduais. Nada impede. Não exigiria nem que fosse PEC. Bastaria uma lei dizendo que os Estados, através das suas Assembleias Legislativas, poderiam escolher uma subdivisão. E o voto continuaria proporcional, com as vantagens que tem o voto proporcional de hoje: permitir que inúmeros partidos se formem e que pequenos partidos tenham seus candidatos, igual ao que é hoje, só que Estados de maior extensão ou de maior número de eleitores poderiam se subdividir, como se subdividem os Estados do Nordeste. Essa é uma medida fundamental. Na verdade, se nós não fizermos uma mudança no sistema eleitoral, como muito bem disseram o Deputado Orlando Silva e a Deputada Erundina, nós não teremos reforma política, estaremos só na periferia. Para entrar no cerne da questão temos que mudar o sistema eleitoral.

E essa é a sugestão que eu quero agregar para discussão nesta Comissão.

Corremos o risco de ter mais uma Comissão, é verdade, que não discute os problemas fundamentais, mas eu acho que a oportunidade é excelente para este atual Governo montar um sistema que, de fato, atinja o cerne da questão e permita que tenhamos uma reforma política de fato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Mendes Thame.

Vou conceder ao Deputado Carlos Andrade, do PHS de Roraima, e depois ao Deputado Arnaldo Jordy a oportunidade de se manifestarem para terminarmos as intervenções, o Relator fazer sua apresentação final, e nós avançarmos para a votação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, muito obrigado pela concessão da palavra.

Sr. Presidente, Deputado Rubens Otoni; Sr. Relator, Deputado Vicente Cândido, eu vejo que temos um problema bem significativo. A proposta do Relator, Deputado Vicente Cândido, de ajuste do plano de trabalho acho oportuna, pertinente. Porém, nós temos também uma matéria que foi votada muito



recentemente no Senado. E eu penso, Sr. Presidente da Comissão e Sr. Relator, que precisaremos discuti-la um pouco na Casa porque os temas que estão sendo abordados aqui também estão na Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, que foi apreciada e aprovada no Senado.

Eu penso que nós deveríamos trabalhar essas questões simultaneamente. Não sei se a Presidência da Casa tem interesse em trazê-las, se haverá convergência para esta Comissão. Não sei se é essa a ideia. Mas, se elas andarem separadas, nós vamos ter uma situação dispersa e não vamos conseguir, Deputado Vicente Cândido, fechar a questão dentro dos prazos que temos aqui, que são exígues. Nós estamos em fevereiro. Devemos inicialmente votar os primeiros requerimentos, já, já, agora mesmo, e inclusive a proposta, pois é necessário que ela seja votada — não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não é necessário?

Então, eu penso que nós temos que fazer uma conciliação. Eu acho que a nossa Presidência e esta Comissão precisariam buscar uma conciliação para que tenhamos... A PEC 36/2016, aprovada em primeiro turno no Senado, precisa ser apreciada nesta Casa, precisa ser votada. E nós temos temas similares, iguais, que estão contemplados aqui na nossa proposta.

Em algum momento vai haver a necessidade de conciliação.

E se nós quisermos, realmente, ter êxito nessa matéria, eu penso que essa conciliação precisaria ocorrer agora, no início, até sob pena de o que nós aprovarmos ou apreciarmos aqui para ser encaminhado ao Senado como nossa proposição automaticamente já esteja contemplado lá também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Carlos Andrade, pela contribuição.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, Deputado Rubens Otoni; Deputado Vicente Cândido; Sr. Manoel Alvim que está secretariando, com muita competência, como sempre, os trabalhos da Comissão; parabéns pela reunião.



Eu vou no tom conciliatório que o Deputado Carlos Andrade solicitou a todos. Acho que nós temos dois parâmetros aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator. Nós não estamos começando do zero este debate, está certo? Eu acho até que a última Comissão da Casa em que foi tratado o assunto da reforma política foi bem conduzida pelo Deputado Marcelo Castro, porém, em um final de semana, por meio de um comunicado pelo Twitter, ele teve sua substituição determinada pelo ex-Presidente Eduardo Cunha, que atropelou o processo. De todo modo, eu quero aqui registrar que o Deputado Marcelo Castro realizou uma boa condução. Eu acho que em raros momentos nós tivemos uma condução com tal grau de conciliação e busca de consenso.

Por exemplo, não há consenso em matéria alguma, o que nós temos que buscar aqui é o máximo de aproximação e consenso, pois unanimidade nós não vamos ter jamais, felizmente, nessas matérias, mas vejamos o sistema que V.Exa. sugere aqui. O sistema sugerido por V.Exa., inspirado no sistema alemão misto, é o mesmo que o Deputado Marcelo Castro sugeriu, inclusive depois de pesquisa feita na Casa.

Então, esse é um ponto que nós deveremos valorizar, a meu ver, porque ele já vem se arrastando como algo que agrupa majoritariamente certa simpatia dos Srs. e Sras. Deputados e dos partidos e que se renova na indicação de V.Exa. agora, nesta proposição.

Então, por exemplo, esse é um tema que nós precisamos... E é uma questão estrutural! Concordo com todos que disseram aqui que não adianta ficarmos só nisso.

Outro ponto: nós não temos mais o direito de frustrar a opinião pública, a sociedade brasileira, que está batendo à porta com força, já está empurrando para participar da festa e dizer: *"Os senhores, por favor, tomem uma decisão. Nós precisamos fazer alguma coisa"*.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. pela compreensão, pois é algo que já vem acumulado. Outros pontos eu considero retrocessos. Por exemplo, V.Exa. está sugerindo o prazo de filiação partidária voltar a 1 ano. Eu acho isso um retrocesso absurdo! Não há mais sentido, numa sociedade interativa em tempo real, *on-line*, como a nossa, num país com a dinâmica política e social como a nossa, um



cidadão, em pleno gozo de seus direitos políticos, ter que decidir 1 ano antes do pleito se ele poderá ou não ser candidato! Isso pode ser decidido, por exemplo, como é hoje, a 6 meses do pleito. E acho até muito, para alguns casos.

Os jovens que tomaram as ruas deste País em julho de 2013, se isso fosse alguns meses depois, algumas daquelas lideranças jamais poderiam ser candidatas. E muitos daqueles jovens despertaram para a relação com a atividade política ali, naquela manifestação, que surpreendeu o Brasil positivamente, a meu juízo. Então, eu acho que esse é um ponto em relação ao qual vamos voltar atrás.

Em relação à cláusula de desempenho, eu estou contemplado. Acho que devemos estabelecer aquilo que já vinha também sendo construído com consenso, a cláusula de desempenho com prazo alongado, para que os partidos que não sejam meros cartórios eleitorais — eu poderia citar aqui vários, já citados pelo Deputado Orlando Silva, pela Deputada Erundina e outros, que não são cartórios, embora saibamos que existem os que o são — possam se preparar para esse processo. Concordo com os argumentos. Não são os pequenos e médios partidos, com toda a formalidade e a característica cartorial que possam ter, que têm gerado problemas na sociedade brasileira. Isso está depositado nos grandes partidos. Então, acho que não é por aí. Acho que podemos também construir consenso.

Quanto às federações, era algo já admitido, até em razão do fim das coligações, que elas seriam um abrigo para aquelas legendas. Já a questão da reeleição parece-me também estar bastante avançada.

Eu destaco esses pontos da sugestão de V.Exa.

Acho que talvez devamos fazer um trabalho junto ao Presidente da Casa, no sentido de evitar a coincidência e devamos definir a estratégia que vamos adotar diante da PEC que virá do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Como não estamos debruçados sobre o mérito da matéria, mas apenas ajustando a proposta de debate do plano de trabalho, passamos a palavra ao Deputado Vicente Cândido, Relator da Comissão, para que possa assimilar as sugestões, as ideias e fazer o encaminhamento da proposta de plano de trabalho da Comissão da Reforma Política para este ano.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Obrigado, Sr. Presidente.

Diante das falas, quero aqui tecer algumas considerações.

Primeiro, eu queria dialogar com alguns Deputados que se declararam desanimados, céticos. Vamos procurar melhorar esse ânimo daqui para frente, porque vai depender da nossa vontade, da nossa iniciativa mudar o sistema político no Brasil. Eu estou otimista, animado. Se não fosse isso, eu nem seria membro da Comissão, muito menos Relator.

Então, eu faço um apelo aos companheiros e às companheiras, observando que é ruim declarar diante da televisão ou na Internet que nós não acreditamos nesse processo, não acreditamos em nada. O que o eleitor do outro lado, o que o brasileiro do outro lado vai estar pensando do seu líder e representante ao ouvir uma fala dessas?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Deputado Vicente Cândido...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Às vezes o sujeito vem para cá para vigiar a fim de que não sejam mais produzidas distorções no sistema.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Pode ser um procedimento, mas eu quero fazer um apelo no sentido de que nós nos debrucemos em cima das questões, diante dos prazos que já estão combinados.

Acho que há acordo em relação à ideia de que devemos priorizar os temas. Eu disse isso no começo da minha fala e precisei que, para mim, o eixo é financiamento e sistema de votação; o restante vamos ver como vamos trabalhar, mas não é prioridade.

Talvez o ponto mais importante que eu ouvi aqui — aí há certa simplificação do processo — seja a necessidade de objetivarmos, de trazermos para cá os temas.

Deputado Henrique Fontana, hoje de amanhã eu realizei cinco conversas com membros da Comissão; cada um tem uma proposta aqui, cada um com sua cabeça, cada um com sua sentença, cada um com seu mundo na sua cabeça.

Eu ia brincar aqui com o Deputado Betinho Gomes sobre se alguém se arriscaria a dizer que há aqui um ponto que seja nem digo consensual, mas de ampla maioria — já seria um grande avanço.



Sr. Presidente, Deputado Rubens Otoni, eu vou procurar encaminhar todas as propostas, inclusive a do Deputado Marcus Pestana. Vamos reunir os Presidentes, os Líderes, as bancadas, de todo jeito, de toda maneira. No entanto, uma coisa é quando se reúnem os Presidentes... O Deputado Orlando estava naquela reunião. Eu acho que não seria produtivo reunir de novo aquele colegiado que se reuniu no ano passado, pois diríamos o quê? O que nós produzimos nesse período? Não produzimos quase nada, porque não tivermos condições de nos reunir no ano passado, dado o tumulto do final de ano, quando os membros não priorizaram a Comissão e não houve tempo de discutir maioria. Caminhamos para algum consenso, se for o caso, em alguns temas.

O que vai balizar as nossas conversas é muita paciência. É V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy, chegar à sua bancada e perguntar o que é possível; eu chegar à minha bancada e perguntar o que é possível; outros chegarem às bancadas do PSDB, do PCdoB, etc. e perguntarem o que é possível fazer agora, de imediato, o que é possível construir até o final do ano ou até o primeiro semestre do ano que vem, ainda antes das eleições. Eu não vejo outro caminho.

Nós saímos daquela reunião, no ano passado, com o Presidente do Senado e Presidentes de partidos com a matéria que é praticamente consenso aqui. Todos, pelas circunstâncias, pela visão do Supremo, pela conjuntura, são pelo financiamento público. Não é isso? Está bom. Vamos fazer as contas: como se define financiamento público de campanha neste momento conjuntural, com o valor que as campanhas têm custado? É isso? É consenso? Está bom, está resolvido, é financiamento público, mas é uma irresponsabilidade. Como se tira tanto do orçamento público?

Pode-se imaginar uma campanha presidencial de 400 milhões de reais com financiamento público? Não! Pode-se imaginar uma campanha para Deputado Federal por São Paulo que custe 10 milhões de reais com financiamento público? Não! Decidir isso é fácil, mas como vamos moldar o sistema político para a campanha caber no financiamento público? Essa é a questão. Essa é a dificuldade.

Eu me reuni, sábado, em São Paulo, com um Líder de uma bancada importante, durante 1 hora e 30 minutos. "Não, mas deixe o financiamento privado empresarial." Qual empresário vai doar dinheiro para alguém neste momento? "Ah,



realmente. Então, deixe o sistema como está para 2018." Está bom, como nós vamos pedir dinheiro para o sistema do jeito que está?

As pessoas às vezes são contrárias... É como diz a música de Gilberto Gil: "O povo nem sempre sabe o quer, mas sempre sabe o que não quer". Então, trata-se de "*Eu não quero deste jeito, mas como vou construir uma alternativa para isso?*" Esse é o nó que nós temos que desatar, conversando com muita paciência com os partidos, explicando para a sociedade o que nós estamos fazendo aqui.

Eu não vou trabalhar com a angústia e com a presa que alguns querem, pois acham que é preciso objetivar, ou seja, trazer o tema para cá na semana que vem, mas também não temos a vida inteira para fazer a reforma política. Qual é o nosso prazo? Aprovar na Câmara dos Deputados até maio ou junho, depois, combinar com o Senado Federal votar lá até setembro. Vai ser assim.

O que nós, da Comissão, temos que fazer? Por isto quero compartilhar estes pensamentos aqui com os colegas: se tivermos um entendimento básico na Comissão, nós multiplicaremos as nossas conversas dentro das bancadas, dentro do Congresso e na sociedade. Então, é isso que eu gostaria de fazer.

A minha prioridade, nos próximos 15 dias, é conversar com um por um da Comissão. Não adianta eu conversar com um presidente de partido, que pensa uma coisa, e depois o Deputado daquele partido aqui dizer que não topa bem aquilo, que o presidente não tinha combinado com ele, que, se for daquele jeito, ele está fora.

Então, eu quero inverter, eu quero conversar com os 35 membros e depois conversar com Líderes e presidentes de partidos para ver o que é possível fazer.

Talvez haja consenso: é preciso mudar. Isto percebemos, Deputado Marcelo Castro: é preciso mudar! Agora, como mudar? Aí começam as divergências. "*Ah, eu sou a favor do distrital misto, mas com distritão na outra metade.*" "*Ah, eu sou a favor do sistema da circunscrição eleitoral*", como o senhor disse. Tudo isso vamos ter que ir aproximando.

O Deputado Marcelo Castro repetiu uma enquete que fez aqui, no final do ano passado, quando ele era Relator, que traz alguns indicadores para nós. Não há nenhum pensamento majoritário entre voto misto, distrital e lista fechada. Todo o mundo está pensando em um pouco de cada. O que nós vamos ter que fazer? Definir: "*Esta proposta é o eixo central. Esta aqui que vai ser. É transição? É por*



uma eleição? É por duas eleições? É o partido de 26 ou 30? Podemos ser um pouco mais ousados?" É isso que eu quero construir.

Eu não me arrisco, Deputado Arnaldo Jordy. Está bom, na semana que vem, daqui a 15 dias... Escrever o texto é o de menos, os Consultores o fazem em 15 dias, em 1 semana: *"Está bom, escrevam aqui a proposta da lista fechada ou do distrital misto"*. Eles escrevem em 15 dias. Vai bater aqui, e qual vai ser a reação? *"Isto aqui de jeito nenhum!" "Sobre isto aqui não conversei." "Isto aqui não me contempla."* *"Isto aqui acaba com o meu partido."* *"Com isto aqui, o outro vai crescer demais."*

Então, é essa a paciência que eu tenho. Posso até dizer para V.Exas. que eu não consegui viabilizar a proposta — paciência. Podem até indicar outro Relator, não há problema, faz parte do jogo. Agora, não quero ser irresponsável. Está bom, eu posso escrever a minha proposta, o meu mundo, mas será que o meu mundo é o que a Comissão vai aprovar? Não!

Então, nós vamos construir o ponto médio do que é possível fazer aqui na Comissão. Espero que a Comissão seja um retrato das bancadas. V.Exas. sabem que nós temos um problema. Nós do PT estamos aqui representando esta bancada. Nem tudo que decidimos nas Comissões está tranquilo na bancada.

Eu e o Deputado Andres Sanchez, por exemplo, somos da Comissão de legalização de jogos. Teoricamente nós representamos a bancada, mas vá lá na bancada discutir a legalização dos jogos para ver... Então, nós temos que tomar esse cuidado.

Gostaria de ter aqui 35 parceiros, porque construiríamos aqui as posições e as levaríamos às bancadas, aí ficaria mais fácil debater lá, porque diríamos: *"Lá eu participei, eu ajudei, acataram as minhas propostas, eu negociei"*. Isso facilitaria o processo quando a proposta chegasse ao plenário.

Eu tenho plena consciência disso. A minha missão, nos próximos 15 dias, até depois do carnaval, é conversar com um por um dos membros da Comissão. Há esse entendimento, vamos fazer isso. Hoje eu realizei cinco conversas. Cada um tem uma posição. E aí, como fazemos? Há que se aproximar. *"Está bom, esta aqui vai ser a central, porque é a que está tendo mais adesão. Tudo bem?"*



Já avancei em algumas conversas, inclusive com bancadas. "Olha, num momento de transição, é possível trabalhar a lista fechada para 2018. Depois entra o sistema alemão melhorado, aprimorado". Conversei outro dia com o Deputado Henrique Fontana. Nós já acatamos algumas sugestões. Então, é isso que eu vou fazer nos próximos 15 dias, para que, no final de março, tenhamos um texto e já possamos deliberar sobre ele ou emendar o texto produzido pelo Relator.

Então, conto com a compreensão dos colegas. O nosso prazo para aprovar aqui é até maio ou junho. Combinando com o Senado, vai para lá e é rapidamente votado lá.

Mesmo se não for até o final desta Legislatura, eu acho que esta Comissão pode durar bem até o final deste ano — eu arriscaria pelo menos até o primeiro semestre do ano que vem — e continuar trabalhando as questões mais de longo prazo. Eu acho que nós temos aqui uma responsabilidade enorme e diferenciada.

Por sorte nossa ou por azar, Deputado Marcelo Castro, o que joga a nosso favor em relação à sua passagem como Relator e à do Deputado Henrique Fontana é que há uma decisão do Supremo e há uma conjuntura muito adversa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Foi Vice-Presidente da Comissão, inclusive, o Deputado Rubens Otoni. É uma conjuntura muito adversa em relação àquela outra. Eu acho que há este sentimento, sim, de que é preciso mudar. O que vai mudar é o que nós vamos construir aqui juntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Obrigado, Deputado Vicente Cândido. A partir das ponderações feitas por ele e do encaminhamento proposto, nós vamos avançar na nossa reunião. O nosso propósito hoje aqui não é nos debruçarmos sobre o mérito, mas apenas definirmos o nosso plano de ação. E o nosso Relator propõe esse ajuste.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópias das atas da 5ª Reunião e da 6ª Reunião, realizadas nos dias 22 de novembro e 1º de dezembro de 2016, respectivamente. Eu pergunto aos ilustres Deputados se há necessidade de leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço a dispensa da leitura das atas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Nilto Tatto.

Pergunto se algum Parlamentar deseja retificar as atas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira retificá-las, coloco em votação as atas. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Passamos rapidamente para a deliberação de requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 45, de 2016, do Sr. Herculano Passos, que requer a realização de audiência pública para debater propostas relativas à reforma política.

Nós temos seis requerimentos aqui e vamos ler os seis para votarmos em bloco.

Item 2. Requerimento nº 46, de 2016, do Sr. Marcus Pestana, que requer a realização de audiência pública com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármem Lúcia.

Item 3. Requerimento nº 47, de 2016, do Sr. Jerônimo Goergen, que requer ao Plenário desta Comissão Especial que seja convidado para tratar da reforma do nosso sistema político o Sr. Victor José Faccioni. Trata-se de um estudioso obstinado do tema, além de político com larga experiência. Foi Vereador em Caxias do Sul, Deputado Estadual por dois mandatos, Deputado Federal por quatro oportunidades, incluindo a Constituinte de 1988.

Item 4. Requerimento nº 48, de 2016, do Sr. Betinho Gomes, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o convite ora formulado ao Sr. João Almeida.

Item 5. Requerimento nº 49, de 2016, do Sr. Sergio Souza, que requer que seja realizada audiência pública em Curitiba para debater sugestões e propostas sobre a Reforma Política, abrangendo a região Sul do Brasil.

Item 6. Requerimento nº 50, de 2017, do ilustre Relator Vicente Cândido, que solicita seja autorizada a realização de seminário internacional e seminário nacional sobre a reforma política, com especialistas de diversos países, para oitiva e debates sobre temas da reforma política.

Item 7. Requerimento nº 51, de 2017, do ilustre Relator Vicente Cândido, que solicita seja autorizada a execução de trabalhos técnicos visando à implementação



de sistema informatizado de coleta e verificação de apoioamento de cidadãos aos projetos de lei de iniciativa popular.

Consulto os ilustres Deputados sobre se é possível fazer a votação em bloco.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Tem a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, se esse fosse o entendimento do nosso Relator, eu poderia apoiar esses requerimentos. Mas, de tudo que observei, o único requerimento relevante é o que diz respeito à proposta do Relator Vicente Cândido de realizar um seminário nacional e um seminário internacional sobre o tema. Poderíamos, inclusive, incorporar os nomes que estão sendo convidados para cá.

Fazer visita a Curitiba para debater o assunto lá e trazer mais Parlamentares para apresentar ideias e conceitos já conhecidos me parece contrário ao esforço do Relator.

Então, para ser leal ao meu amigo Deputado Vicente Cândido, se ele orientar nesse sentido, eu votarei a favor de tudo, mas registro que, com exceção do seminário, tudo mais é dispensável. Francamente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Antes de o nosso ilustre Relator, Deputado Vicente Cândido, fazer suas considerações finais, farei uma ponderação. Deputado Orlando Silva, a ponderação é no sentido de aprovarmos os requerimentos, como V.Exa. mesmo apontou, e o Relator dialogar com cada um, nesse rumo, para darmos a agilidade necessária aos trabalhos, como já foi feito em outras oportunidades.

Se não houver nenhum óbice, votaremos os requerimentos em bloco, mas antes o Deputado Valmir Prascidelli tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não sei se eu entraria com requerimento verbal ou, se for o caso, apresentaria um por escrito na próxima reunião, para fazer um complemento ao Requerimento nº 7, do Deputado Vicente Cândido.

Sugiro seja feita — pode não ser em uma reunião formal — uma apresentação por parte dos técnicos desse sistema, para que pudéssemos



aprofundar um pouco a discussão sobre a iniciativa popular nas proposições. Essa é uma questão que eu considero relevante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Tem a palavra o ilustre Relator, Deputado Vicente Cândido, para encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Acho que alguém pediu a palavra. Foi o Deputado Marcelo Castro, é isso?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Eu queria saber o que estamos votando porque cheguei atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - São propostas, Deputado Marcelo Castro, de requerimentos de encaminhamento do debate.

A nossa ponderação é no sentido de que os requerimentos sejam aprovados por nós aqui, e depois o próprio Relator se encarregar de discutir com os autores do requerimento a maneira de organizar sua implementação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O.k.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Deputado Orlando Silva, a aprovação dos requerimentos não significa que vamos implementá-los. Há um monte de requerimentos aprovados aqui no ano passado que não conseguimos implementar. Nós os estamos discutindo de acordo com as prioridades. Acho que a ponderação de V.Exa. faz sentido. Vamos deixar aprovados e, se houver oportunidade, nós os aplicaremos.

Quero destacar a relevância, como V.Exa. mencionou — o Deputado Valmir Prascidelli também fez um comentário sobre isto — , do último item.

Para aqueles que cobraram produtividade já há um primeiro projeto de lei na pasta que eu gostaria que V.Exas. lessem — ou posiciona-se de acordo, ou emenda —, porque ele pode virar o primeiro projeto que regulamentará o art. 14 da Constituição Federal, sobre a participação da sociedade civil, que não é algo trivial. Então, esse seria o primeiro produto.

Deputado Valmir Prascidelli, eu queria sugerir o seguinte: eu faria um convite aos que tivessem interesse na matéria para irmos ao laboratório, porque fica mais visual, para discutirmos com os técnicos sobre como usar e o que está à disposição da Casa.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Pode ser combinada uma data?



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rubens Otoni) - Feitas as ponderações pelo ilustre Relator Vicente Candido, em votação o bloco de requerimentos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Tendo sido aprovados os requerimentos, agradeço a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.